

João Pereira da Silva

De: Comissão 8ª - CECC XII
Enviado: segunda-feira, 25 de Março de 2013 15:24
Para: Petições
Assunto: Petição nº 241/XII/2ª - resposta do CLA

Importância: Alta

Exmo Senhor Deputado Dr. José Ribeiro e Castro,
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura,

em resposta ao que nos foi solicitado, de nos pronunciar-nos sobre a Petição nº241/XII/2ª, gostaria de transmitir a seguinte informação:

- O CLA manifestou em comunicado conjunto com o CRUP de 4 de Janeiro a sua firme e fundamentada discordância da intenção anunciada pelo Governo de extinguir a Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), as duas entidades notaram que não foram consultadas pelo Governo sobre esta matéria de fundamental interesse científico e académico, em clara violação da lei, e declararam esperar que o Governo, atendendo às críticas de todos os especialistas e à posição aqui manifestada, reconsidere a intenção anunciada.
- Foi declarado pela Secretária de Estado da Ciência a essa Comissão Parlamentar em audição de 9 de Janeiro que "o Governo reconhece, e tem-no dito, que a FCCN é uma estrutura de grande importância nacional, pelas razões todas que nós sabemos, que não vale a pena aqui enumerar. É uma estrutura de grande importância, de grande eficiência, de grande eficácia, absolutamente indispensável". Concordamos com estes qualificativos da FCCN e não compreendemos a razão para, sendo assim, o Governo insistir na extinção da FCCN e integração na FCT dos serviços que presta ao sistema científico e do ensino superior nacional. Quando se tem uma entidade que reconhecidamente assegura uma infraestrutura essencial com qualidade e de forma eficaz e eficiente, o que é raro, convém mantê-la.
- O CLA está preocupado com a possível degradação dos serviços prestados pela FCCN ao sistema científico e do ensino superior, prevista por vários especialistas, como é do conhecimento público, e também referida em pareceres e declarações do CRUP e do CCISP. Na verdade, estes serviços são essenciais para as actividades científicas que decorrem nos laboratórios de investigação e nas universidades portuguesas. O CLA está também preocupado com a possibilidade de aumento de custos para o sistema de C&T nacional que poderá decorrer se uma tal degradação de serviços se vier a observar.
- O CLA conhece que no ano passado a FCT teve de recorrer à FCCN para realizar o processo de concurso, negociação e contratação de fornecimento de conteúdos da b-on – Biblioteca do Conhecimento *Online*, mesmo depois da posição contratual da FCCN nos contratos anteriores que cessavam no final de 2012 terem transitado para a FCT em Março do mesmo ano, dado que o enquadramento da FCT como Instituto Público não permitia assegurar os procedimentos necessários em tempo útil. O CLA receia com este fundamento que o enquadramento processual da FCT venha a dificultar ou impossibilitar a acção eficaz e eficiente dos serviços que transitarem da FCCN para a FCT. Esta preocupação é agravada pela constatação da necessidade da FCT recorrer à FCCN tão recentemente e a propósito dos contratos com editoras internacionais relativos à b-on, dado que esta biblioteca de acesso *online* a artigos científicos e a outras publicações científicas comerciais é de utilização corrente e imprescindível da comunidade científica, mas esta ocorrência aventa a possibilidade de resultarem obstáculos à eficácia e eficiência mesmo de outros serviços prestados pela FCCN.
- O CLA é favorável à generalização dos processos de avaliação científica à avaliação objectiva e independente de instituições públicas e à consequente aplicação dos resultados das avaliações. O Governo comunicou à FCCN em Setembro de 2012 o resultado positivo obtido na avaliação realizada às fundações desde o início desse ano, incluindo a decisão de manter o nível de financiamento público anterior sem reduções, contrariamente ao que aconteceu à grande maioria das fundações avaliadas. Assim, o CLA vê com apreensão que o Governo tenha decidido menos de três meses depois a extinção desta fundação, contrariando os resultados da avaliação realizada.

- O CLA constata que na escritura de constituição da FCCN, de 23 de Dezembro de 1986, com uma parte substancial do financiamento inicial proveniente das verbas resultantes da adesão de Portugal ao CERN e no seguimento de recomendações do Conselho Científico da Comissão Nacional CERN, consta que a FCCN é estabelecida como fundação de duração ilimitada gozando de plena autonomia financeira e com acção apenas subordinada às regras do direito privado, tendo como fundadores com mandatos de duração ilimitada, pelo que a decisão de inserção de serviços da FCCN no Instituto Público que é a FCT viola estes pressupostos. Constata também que, de acordo com os estatutos da FCCN, compete ao Conselho Geral desta fundação deliberar sobre a transformação e a extinção da Fundação, e que estas decisões só podem ser tomadas em sessão expressamente convocada para o efeito e por maioria de três quartos dos membros em efectividade de funções, o que quer dizer que na prática tem de ser por unanimidade dos seus três membros (FCT, CRUP, LNEC). Assim, não se compreende como pôde o Conselho de Ministros decidir em Dezembro a extinção da FCCN, e até sem o conhecimento prévio de todas estas entidades.
- O CLA também não entende como uma decisão sobre um assunto tão vital para as actividades científicas e académicas como este possa ter sido tomada sem consulta das instituições científicas e do ensino superior e da comunidade científica e académica, e até, como se veio depois a verificar, contra a opinião de várias dessas entidades e de um grande número de membros da comunidade científica e académica. Neste aspecto, notamos que os subscritores da Petição incluem 80% dos directores/coordenadores dos Laboratórios Associados, a maioria dos directores/coordenadores das mais de 300 Unidades de I&D avaliadas positivamente e financiadas pela FCT, os 5 ex-presidentes da FCT/JNICT que exerceram funções nos últimos 26 anos com excepção de um entretanto falecido que esteve nestas funções durante 6 anos, 2 dos 3 ex-presidentes da FCCN que cumulativamente exerceram funções durante 19 anos, e até mais de 60% dos próprios actuais conselheiros científicos da FCT, entre os quais 3 dos presidentes dos 4 Conselhos Científicos da FCT, mais precisamente todos os que trabalham em Portugal.

Com os meus melhores cumprimentos,

Alexandre Quintanilha
Secretário do CLA